

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE  
NOVO HAMBURGO/RS – IPASEM**

**CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2010**

**RETIFICAÇÃO Nº 001 – EDITAL Nº 01/2010**

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo/RS – IPASEM – e a Fundação La Salle tornam público a Retificação Nº 001, que altera o conteúdo programático e a bibliografia sugerida para o cargo de Procurador, bem como o Anexo I sobre o requisito dos cargos de Contador e Procurador.

**Cargo: Contador**

**Requisitos:** Superior Completo em Ciências Contábeis. Habilitação para o exercício da função. Idade mínima 18 anos completos na data da posse.

**Cargo: Procurador**

**Requisitos:** Superior Completo em Direito. Habilitação para o exercício da função. Idade mínima 18 anos completos na data da posse.

**PROCURADOR**

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** A Constituição da República Federativa do Brasil: Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Sociais. Organização do Estado (organização político-administrativa, a União, os Estados, o Município, o Distrito Federal e os Territórios). Administração Pública (servidores públicos civis e militares). Organização dos Poderes (Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário). Da tributação e do orçamento. Da ordem social. Emendas constitucionais 19, 20, 41 e 47. Lei de Responsabilidade Fiscal. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Fontes do Direito Administrativo e princípios básicos. Administração Pública (estrutura administrativa, conceito e poderes do Estado, entidades políticas e administrativas, espécies de agentes públicos). Atividade Administrativa (conceito, natureza e fins, princípios básicos). Organização Administrativa (Administração direta e indireta). Ato Administrativo (conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação). Contratos Administrativos (ideia central sobre contratos, formalização, execução). Licitações (ideia central, modalidades - Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002 e alterações posteriores). Serviços Públicos, Servidores Públicos. Bens Públicos. Controle da Administração Pública (controle administrativo e judiciário). Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil da Administração. Regime Jurídico Único dos Servidores. **DIREITO CIVIL:** Conceito de lei; vigência e aplicação da Lei nº tempo e no espaço; integração e interpretação da lei. A Lei de introdução do Código Civil (artigos 1º a 6º). O Código Civil (Pessoa Natural, Pessoa Jurídica). Domicílio. Domicílio Civil. Bens (classificação). Fatos Jurídicos. Negócio jurídico (defeitos e invalidade, forma e prova). Atos ilícitos. Prescrição e Decadência. Obrigações (modalidades, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento). **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Código de Processo Civil: DO LIVRO I - Do Processo de Conhecimento: Título V - Dos Atos Processuais: Do Capítulo I ao Capítulo VI (art.154 a 261). Título VIII - Do Procedimento Ordinário: Capítulo I (art. 282 a 296), Capítulo II até a Seção II (art. 297 a 303), Capítulo III (art. 319 a 322), Capítulo IV até a Seção I (art. 323 a 324), Capítulo VI até a Subseção II da Seção VI (art. 332 a 419) e o Capítulo VII (art. 444 a 457). LIVRO II - Do Processo de Execução: Título I - Da Execução em Geral - Do Capítulo I até o Capítulo IV (art. 566 a 597). Seção III - Da execução contra a fazenda pública (art. 730 a 731). Título III - Dos embargos à execução contra a Fazenda Pública (art. 741 a 743). Dos Embargos do Devedor - Capítulos III e IV (art. 744 a 747). Tutela antecipada. Tutela antecipada contra Fazenda Pública. Mandado de segurança, Lei Federal 12.019/2009. Juizado Especial da Fazenda Pública, Lei Federal 12.153/2009. **DIREITO PENAL:** Parte especial do Código Penal: Dos Crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral. Dos crimes praticados por particular contra a Administração em Geral. Dos Crimes contra as Finanças Públicas.

Lei de Crimes contra a Previdência Pública, Lei 9.983/2000. **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Sistema constitucional tributário. Princípios. Competência tributária. Tributo. Espécies tributárias. Tributos federais, estaduais e municipais: fatos geradores, bases de cálculo, sujeitos ativos, sujeitos passivos, imunidades, isenções, reduções de base de cálculo e de alíquotas, lançamento e cobrança. Obrigação tributária: conceito e elementos. Sujeição passiva: contribuinte, substituto, sucessor e responsável. Responsabilidade tributária. Relação jurídica tributária. Decadência. Crédito tributário: forma e modalidades de constituição, hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão. Prescrição. Garantias e privilégios. Administração tributária. Dívida Ativa. Certidões negativas. Cobrança judicial da Dívida Ativa (Lei n.º 6.830/1980). **DIREITO DO TRABALHO:** Consolidação das Leis do Trabalho. Normas gerais de tutela do trabalho. Identificação profissional. Duração do trabalho. Férias anuais. Segurança e medicina do trabalho. Normas especiais de tutela do trabalho. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Contrato individual de trabalho. Gratificação de natal. Fundo de garantia por tempo de serviço. Justiça do trabalho. **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:** Da competência da Justiça do Trabalho face à Administração Pública. Processo Judiciário do Trabalho (art. 763 a 910 da CLT). **DIREITO PREVIDENCIÁRIO:** Regimes de Previdência Social. Segurados. Regras de aposentadoria. Benefícios. Concessão de benefícios. Cálculo atuarial. Fontes de Custeio. Alíquotas de contribuição. Contribuição inativos. Compensação Previdenciária. Portarias MPS nºs 402/2008 e 403/2008. Orientações Normativas SPS/MPS nºs 01/2004 e 02/2009. Instrução Normativa SPS/MPS nº 01/2010. Portarias MPS nº 154/2008 e 155/2008.

### **Bibliografia sugerida**

BRASIL. Lei 10.406/2002 e alterações/atualizações. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>  
BRASIL. Lei 5.869/1973 e alterações/atualizações. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm)>  
BRASIL. Lei 8.666/1993 e alterações/atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>  
AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.  
CASTRO, Carlos A. Pereira de *et al.* **Manual de Direito Previdenciário**. Santa Catarina: Conceito Editorial, 2010.  
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2010.  
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2010.  
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.  
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2010.  
THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Canoas, 15 de dezembro de 2010.